



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 141/12

Institui, no âmbito do Estado do Paraná, as diretrizes para a política estadual de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA.

**Art. 1º** O Estado do Paraná, quando da formulação e implementação da política estadual de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA, se pautará pelas diretrizes nesta Lei elencadas, para sua aplicabilidade e consecução.

**§ 1º** Para efeitos desta Lei, será considerada pessoa com TEA aquela com prejuízo na comunicação e nas relações sociais, conforme critérios clínicos definidos na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde - CID e na Organização Mundial de Saúde - OMS.

**§ 2º** A pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais.

**Art. 2º** A intersetorialidade deve pautar o desenvolvimento das ações e das políticas no atendimento à pessoa com TEA, aplicáveis através de convênios celebrados entre a Secretaria Estadual da Saúde - SES e a Secretaria Estadual da Educação - SEED e, sempre que possível, procurando envolver as Secretarias Municipais de Saúde, as Secretarias Municipais de Educação, as Universidades Federais e Estaduais e outras Instituições como Fundações e Associações.

**Art. 3º** Quando da formulação e implantação das políticas públicas em favor das pessoas com TEA, deve o Estado estabelecer as seguintes diretrizes junto às Instituições de Ensino por ele mantidas:

I – utilizar profissionais/docentes das Universidades, de forma a auxiliar o Estado na formação de profissionais aptos a diagnosticar o TEA precocemente, por meio de cursos, palestras e programas de incentivo profissional;

II – implementar a criação de um cadastro das pessoas Autistas visando à produção de pesquisas que auxiliem as famílias;

III – promover a inclusão dos estudantes com TEA nas classes comuns de ensino regular.

**Parágrafo único.** O Estado incentivará a formação e a capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com TEA e, ainda, indicará junto às Universidades Estaduais a inserção no seu quadro de disciplina do estudo do Autismo em seus cursos de medicina e outros ligados à área de saúde.

**Art. 4º** O Poder Público tem a responsabilidade de promover, junto à comunidade, campanhas educativas e de conscientização acerca do TEA, buscando:

I – auxílio na formulação de políticas públicas voltadas às pessoas com TEA;

II – controle social da implantação das políticas públicas em favor do Autismo, com seu acompanhamento e avaliação por meio da criação de Comitês Estadual e Municipal, compostos por representantes de Associações de Pais; Sociedades de Pediatria; Neurologia Pediátrica; Neurologia, Psicologia; Universidades participantes; bem como representantes dos gestores públicos estaduais e municipais designados;

III – contribuição e estimulação para inserção da pessoa portadora do TEA no mercado de trabalho, observando-se as peculiaridades da deficiência e previsão da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Parágrafo único.** As campanhas educativas e de conscientização acerca do TEA devem utilizar-se da TV e Rádio Educativa e processos comunitários.

**Art. 5º** São direitos da Pessoa com TEA:

I – a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II – a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III – o acesso a medicamentos e exames médicos, quando necessário;

IV – o acesso à informação que auxilie no seu tratamento e diagnóstico;

V – o acesso à educação e ensino profissionalizante;

VI – o acesso à moradia;

VII – o acesso à previdência social e à assistência social.

**Art. 6º** A pessoa com TEA não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar, nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência.

**Parágrafo único.** Nos casos de necessidade de internação médica em unidades especializadas, deverá ser observado o que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001.

**Art. 7º** Fica instituído no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o dia 2 de abril como o Dia de Conscientização do Autismo, data que já é reconhecida mundialmente pela Organização nas Nações Unidas - ONU.

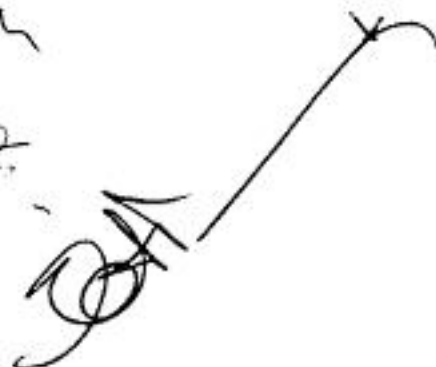
**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2013.

  
ALEXANDRE CURÍ  
Presidente

  
Relator







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 518/12**

Obriga o prestador de serviços de estacionamento de veículos automotores a fornecer ao consumidor, ao término da prestação de serviço, comprovante discriminado.

**Art. 1º** Fica o prestador de serviços de estacionamento de veículos automotores obrigado a fornecer ao consumidor, no ato do término da prestação de serviços, comprovante que discrimine o nome da empresa responsável e seu CNPJ, data e horário de entrada e saída, modelo, cor e placa do veículo.

**Parágrafo único.** Entende-se por prestador de serviços de estacionamento de veículos automotores as empresas que efetuam cobrança para o estacionamento e guarda de veículos, em área própria, de terceiro ou em área pública.

**Art. 2º** O prestador de serviço de estacionamento de veículos automotores deverá manter em seus arquivos, pelo prazo de cento e vinte dias, cópia do comprovante descrito no *caput* do art. 1º, permitindo ao consumidor ou órgãos públicos, em caso de necessidade, a garantia de consulta e nova cópia.

**Art. 3º** O descumprimento da presente Lei acarretará ao infrator multa no valor de 20 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Paraná), aplicada em dobro em caso de reincidência.

**Art. 4º** As empresas terão o prazo de cento e vinte dias para se adaptarem aos termos da Lei.

da Lei. **Art. 5º** Caberá ao Poder Executivo disciplinar sobre a fiscalização

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

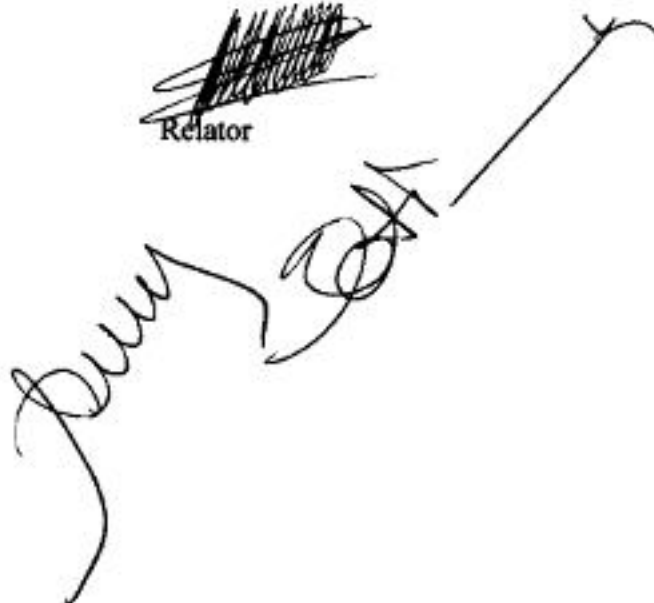
Sala das Comissões, 10 de abril de 2013.



ALEXANDRE CURI  
Presidente



Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 080/13

Declara de Utilidade Pública o Lar dos Idosos São Vicente de Paulo, com sede no Município de Santa Cruz do Monte Castelo e foro no Município de Loanda.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Lar dos Idosos São Vicente de Paulo, com sede no Município de Santa Cruz do Monte Castelo e foro no Município de Loanda.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2013.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Pedro Lupion*



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.  
Em, 12 JUL. 2011  
*[Assinatura]*  
**1º Secretário**

PROJETO DE LEI Nº 571 / 2011.

**SÚMULA:** Institui o Programa de Primeiro Crédito para a Juventude Rural no Estado do Paraná e dá outras providências.

**Art. 1º** Fica instituído o Programa de Primeiro Crédito para a Juventude Rural no Estado do Paraná.

**Art. 2º** O Programa tem por objetivo financiar atividades agropecuárias, agrossilvicultura, turismo rural, artesanato rural e aquicultura, nas seguintes modalidades:

- I - custeio: financiamento dos beneficiários enquadrados como jovens rurais, de acordo com o projeto específico de financiamento;
- II - investimento: financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infra-estrutura de produção e serviços na propriedade rural, de acordo com os projetos de empreendimentos com interesses individuais ou coletivos (associações ou cooperativas);
- III - aquisição de terra: financiamento para aquisição de terras por jovens que não possuam propriedade ou sejam parceiros, arrendatários, meeiros ou trabalhadores assalariados rurais.

**Art. 3º** - São beneficiários do Programa Primeiro Crédito para a Juventude Rural os jovens rurais com idade de 18 a 32 anos:

- I - trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar;

*Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 808 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*  
*41 3350-4006*





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Pedro Lupion*

D. L.

Fls. 03

- II - que explorem a terra na condição de arrendatário, meeiro, parceiro ou assalariado rural;
- III - que não disponham de título de propriedade;
- IV - que tenham o trabalho familiar como base na exploração das atividades na propriedade rural;
- V - que obtenham renda bruta anual familiar de até 40 (quarenta) salários mínimos regionais, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários provenientes de atividades rurais.

Art. 4º. Os créditos podem ser concedidos de forma individual, coletiva (quando formalizados com grupos de jovens agricultores, que atendam os requisitos do artigo 3º desta lei, para finalidades coletivas) ou grupal (quando formalizados com grupo de jovens agricultores, que atendam os requisitos do artigo 3º desta lei, para finalidades individuais), com base nos princípios do associativismo e do cooperativismo.

§1º A liberação dos créditos exigirá projeto técnico que demonstre viabilidade técnica, econômica, ambiental e social do empreendimento.

§2º A EMATER-PR e os sindicatos de trabalhadores rurais serão os responsáveis pelo fornecimento da carta de aptidão para o acesso ao crédito.

Art. 5º. O Poder Executivo, por intermédio de regulamentação, disporá sobre as fontes de recursos para a viabilização do Programa Primeiro Crédito para a Juventude Rural, bem como sobre as formas de garantia para concessão do crédito pelas instituições financeiras credenciadas.

Art. 6º. Os limites e os prazos para reembolso dos financiamentos serão os seguintes:

*Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 808 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*  
*41 3350-4006*





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Pedro Lupion*



I – custeio: o limite máximo será de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), com prazo para liquidação do financiamento, a partir da contratação;

II – investimento: o limite máximo será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com prazo de oito anos para a liquidação do financiamento, incluído três anos de carência, a partir da contratação;

III – aquisição de terra: o limite máximo será de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com prazo de vinte anos para a liquidação do financiamento, incluído três anos de carência, a partir da contratação;

§1º Os limites de crédito para cada modalidade de financiamento serão atualizados monetariamente a cada exercício fiscal, tendo por base a poupança.

§2º Os beneficiários desta Lei poderão ter renovação automática de seu contrato como bônus de adimplência, quando os pagamentos forem efetuados nos seus respectivos vencimentos, até o final do contrato.

§3º Os financiamentos enquadrados nesta Lei terão tratamento especial.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 04 de julho de 2011.

PEDRO LUPION

Deputado Estadual



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Pedro Lupion*



**JUSTIFICATIVA:**

Em um primeiro momento se destaca a competência do Estado em legislar acerca da matéria, considerando o disposto no artigo 12, inciso VIII da Constituição do Estado do Paraná, *in verbis*:

\* Art. 12 Compete do Estado, em comum com a União e os Municípios:

[...]

VIII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;"

Pois bem,

O Projeto de Lei ora apresentado, busca implementar no Estado do Paraná o Programa Primeiro Crédito para a Juventude Rural o qual objetiva dar apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do jovem rural e sua família, oferecendo mais um instrumento em apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Atualmente o êxodo rural jovem no Estado do Paraná é uma realidade inegável em principal pela falta de incentivos à agricultura familiar e a dificuldade enfrentada pela juventude rural em adquirir terras, custear a produção e/ou plantel, bem como o acesso às novas tecnologias reduzindo a competitividade do jovem no mercado agropecuário que se encontra cada vez mais globalizado e dinâmico.

O Programa Primeiro Crédito para a Juventude Rural pretende atender a uma demanda reprimida de grande interesse social, criando uma linha de crédito específica para jovens rurais, com idade compreendida entre 18 e 32 anos, possibilitando investimento e custeio na propriedade, na formação e capacitação técnica e na aquisição de terra.

Destarte, o programa apoiará um setor fundamental para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, considerando que a agropecuária é o setor da economia que responde mais prontamente aos

*Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 808 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*  
*41 3350-4006*



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Pedro Lupion*

D. L.  
Fls. 06  
9.

investimentos realizados bem como o custo da geração de um emprego na área agrícola é 28 (vinte e oito) vezes menor que no meio urbano.

Diante de todo o exposto, se requer o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do Projeto de Lei que institui o Programa de Primeiro Crédito para a Juventude Rural no Estado do Paraná.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 571/11**

**Projeto de Lei nº 571/11**

**Autor: Deputado Pedro Lupion**

**Súmula:** Institui o Programa de Primeiro Crédito para a Juventude Rural do Estado do Paraná e dá outras providências.

<b>EMENTA: PROGRAMA PRIMEIRO CRÉDITO</b>	
<b>PARA A JUVENTUDE RURAL.</b>	
<b>POSSIBILIDADE.</b>	<b>COMPETÊNCIA</b>
<b>LEGITIMIDADE</b>	<b>AFERIDA.</b>
<b>CONSTITUCIONALIDADE.</b>	<b>PARECER</b>
<b>FAVORÁVEL.</b>	

**PREÂMBULO**

“O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pedro Lupion objetiva instituir o Programa de Primeiro Crédito para a Juventude Rural no Estado do Paraná visando dar apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do jovem rural e de sua família, oferecendo mais um instrumento em apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar.

**FUNDAMENTAÇÃO**

O nobre legislador estadual detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



19

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Ainda, é de competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar, conforme o artigo 23, inciso VIII, da Constituição Federal, determina:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



20


Podemos constatar, portanto, que o assunto abordado no Projeto de Lei ora em tela pode ser objeto de legislação estadual, haja vista a previsão constitucional para tanto.

Por fim, chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

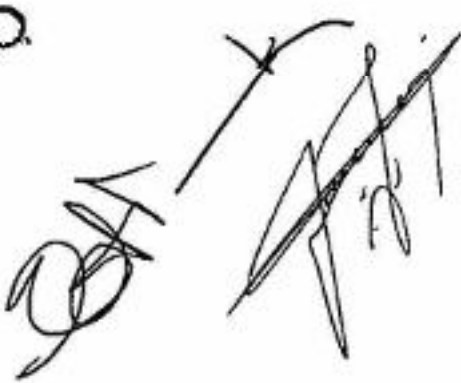





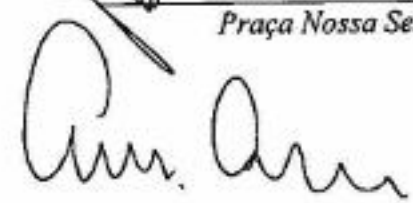
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 27 de setembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO NEREU MOURA**  
**RELATOR**

  
  
  
  
  
  
  
*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Kielse

COMISSÃO AGRICULTURA



PARECER DO DEPUTADO CLEITON KIELSE



PROJETO DE LEI Nº 571/11

AUTOR: Deputado Pedro Lupion

**ASSUNTO:** Institui o Programa de Primeiro Crédito para a Juventude Rural do Estado do Paraná e dá outras providências.

Então atenção a 17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Guia de Trânsito de processos e papéis, encaminhado pelo deputado Hermas Junior para deputado Cleiton Kielse, relatar o mesmo:

## PARECER

### PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pedro Lupion objetiva instituir o Programa de Primeiro Crédito para a Juventude Rural no Estado do Paraná visando dar apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do jovem rural e de sua família, oferecendo mais um instrumento em apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar.

### É o Relatório:

Atualmente, como parte de estatísticas e registros, pouco se tem feito para a juventude rural.

A grande maioria da população estadual reside em cidade, perfazendo um grau de urbanização de 85,3%. Embora esta proporção seja elevada, é importante considerar que as áreas rurais do Paraná ainda abrigam 14,7% da população Paranaense, dados fornecidos pelo IBGE em 2011.





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Kielse



Entretanto, observa-se uma taxa de crescimento da população urbana e por outro lado, as áreas rurais se esvaziam mais lentamente.

A juventude tem uma importância vital para o futuro da agricultura familiar no Paraná e no Brasil, o presente projeto de lei, visa facilitar o acesso ao crédito.

Pois, uma das dificuldades enfrentada pela juventude rural, é o acesso às novas tecnologias, a qual prejudica o uso destas no processo produtivo e reduz sua competitividade no mercado globalizado e dinâmico do setor agropecuário.

Além disto, o programa primeiro crédito, é uma forma de viabilizar social e economicamente parte da juventude, para que permaneça no meio rural, gerando renda e emprego, é utilizar alternativas que propiciem o desenvolvimento sustentável e, assim, garantam a manutenção dos jovens no meio rural.

A opção pelo atual modelo de desenvolvimento da agricultura brasileira deixou a agricultura familiar à margem das políticas públicas específicas para a juventude rural, excluindo esse segmento estratégico para a preservação da biodiversidade e a garantia da segurança alimentar brasileira.

Esse processo teve influência direta na saída em massa de jovens do meio rural. Hoje temos no campo uma população envelhecida, com idade média superior a 55 anos, sem perspectivas de melhorias, caso as condições atuais das políticas públicas permaneçam inalteradas.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal  
Gabinete do Deputado Kieulse



Na Constituição Federal, no Capítulo III, que trata da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, define-se, nos arts. 184 a 191, o papel do Governo Federal no apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário.

O objetivo do programa de primeiro crédito para juventude rural é possibilitar o financiamento de atividades agropecuárias, agrossilvícolas, de turismo rural, agroturismo, artesanato rural e aquicultura, destinadas a jovens residentes na área rural.

Segundo a proposta, terão direito ao financiamento pessoas com idade entre 18 e 32 anos, e renda bruta anual familiar de até 40 salários mínimos, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários provenientes de atividade rurais; explorem a terra na condição de posseiros, meeiros, arrendatários, parceiros ou assalariados rurais.

O projeto também determina que os créditos sejam concedidos de forma individual ou coletiva, tendo como base os princípios do associativismo e do cooperativismo, cuja liberação exige projeto de viabilidade técnica, econômica, ambiental e social do empreendimento.

A orientação para a elaboração de projetos técnicos e o fornecimento da carta de aptidão para o acesso ao crédito ficarão a cargo da EMATER/PR e sindicatos de trabalhadores rurais.

A proposta determina os seguintes limites para reembolso dos financiamentos: limite de até R\$ 4 mil para custeio; limite de até R\$ 10 mil para investimento. Para a aquisição de terras, o limite será de até R\$ 30 mil.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Kielse



O Primeiro Crédito atenderá a uma demanda reprimida de grande interesse social. Apoiará um setor fundamental para o desenvolvimento econômico e social do Paraná. Além disso, o custo da geração de um emprego na área agrícola é 28 vezes menor que no meio urbano. Ressalte-se que é o setor da economia que responde mais rapidamente aos investimentos realizados.

O Programa Primeiro Crédito é mais um instrumento que se oferece ao Poder Executivo Estadual em apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar em nosso Estado.

A proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição, (CCJ) em 29 de setembro de 2011. A Comissão acatou o parecer favorável à aprovação da matéria do deputado Pedro Lupion, fls. 21. O projeto segue agora para a apreciação da Comissão de Agricultura.

## Conclusão:

Diante do exposto, opina-se pelo PARACER FAVORÁVEL do presente projeto de lei.

Curitiba, 01 de novembro de 2011.

Deputado Cleiton Kielse  
Relator



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

*Gabinete Deputada Estadual Marla Tureck*



## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA JUVENTUDE

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 571/11

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica dos Direitos da Juventude, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-Y, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Deputado Estadual Pedro Lupion que Institui o Programa de Primeiro Crédito para a Juventude Rural no Estado do Paraná e dá outras providências.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Deputado Nereu Moura analisou constitucionalmente e regimentalmente a matéria proferindo ao fim parecer favorável ao projeto de lei. De igual modo a Comissão da Agricultura aprovou a proposição, no tocante a sua competência temática.

Na vistoria desta Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Juventude, podemos observar que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que objetiva dar apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do jovem rural e sua família, oferecendo mais um instrumento em apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Em que pese o jovem hoje no Brasil compreenda a faixa de idade entre 16 à 29 anos de acordo com a PEC da Juventude aprovada pelo Congresso Nacional em setembro de 2010, o autor do projeto em tela considerando os estudos sobre êxodo rural entendeu conveniente ponderar como Juventude Rural os jovens rurais com idade entre 18 e 32 anos.

Neste sentido, para estabelecer os beneficiários do Programa Primeiro Crédito Rural para a Juventude Rural, o Parlamentar considerou a capacidade civil, a partir dos 18 anos completos, bem como os estudos despendidos no que tange ao êxodo rural para fixar a idade máxima de 32 anos.




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

*Gabinete Deputada Estadual Marla Tureck*




Ante o exposto, com a ressalva exposta, por entender a iniciativa como meritória e de extremo interesse social, sem qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, opina-se pelo parecer FAVORÁVEL do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em



EVANDRO JR.  
Presidente



MARLA TURECK  
Relatora







*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão de Turismo**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 571/2011**

**Projeto de Lei nº. 571/2011**

**Autor: Deputado Pedro Lupion**

**Súmula:** Institui o Programa de Primeiro Crédito para a Juventude Rural no Estado do Paraná e dá outras providências.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Pedro Lupion, tem por objetivo instituir o Programa de Primeiro Crédito para a Juventude Rural no Estado do Paraná, como forma de financiar atividades agropecuárias, agrossilvicultura, turismo rural, artesanato rural e aquicultura para jovens com idade entre 18 e 32 anos.

Estabelece o custeio de projetos, o investimento em financiamentos e aquisição de terra como formas de incentivar tais atividades, especifica formas de concessão dos créditos, limites de valores, prazos para seu reembolso ou pagamento e, por fim, determina que o Poder Executivo deverá indicar as fontes de recursos necessárias para viabilização do Programa.

O Projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça no dia 27/09/2011, tendo como relator o Deputado Nereu Moura, e da Comissão de Agricultura no dia 01/11/2011, tendo como relator o Deputado Cleiton Kielse, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-N do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto da análise desta Comissão, não encontramos qualquer óbice que possa impedir o normal prosseguimento do presente projeto nesta Casa, uma vez que constatamos que a medida pretendida pelo autor é uma importante forma de combater o êxodo rural do jovem, ocasionado pela falta de incentivos à agricultura familiar e a



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
**Comissão de Turismo**




dificuldade encontrada pela juventude em se firmar num mercado agropecuário competitivo, sendo que a maioria dos jovens, por não terem condições de adquirir terras, custear a produção, o plantel, ou ter acesso a novas tecnologias agrícolas, prefere migrar para a cidade grande e lutar por um futuro melhor.


Além disso, devemos observar que o custo da geração de um emprego agrícola é 28 (vinte e oito) vezes menor que no meio urbano, sendo tal atividade extremamente necessária para o desenvolvimento do Estado.

Desta forma, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 04 de dezembro de 2012.

  
**DEPUTADO ANIBELLI NETO**  
Presidente

  
**DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR**  
Relator

  
*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Douglas Fabricio*



PROJETO DE LEI Nº 92 /2013

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 20 MAR. 2013

1º Secretário

Sumula: Declara de Utilidade Pública a  
ASSOCIAÇÃO LUCIANE MARY PARIS,  
com sede e foro no município de Colombo.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Luciane Mary Paris, com sede e foro no município de Colombo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 18 de março de 2013, 192.º da Independência e 125.º da República.

  
DOUGLAS FABRICIO  
Deputado Estadual



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete do Deputado Douglas Fabricio*



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de Lei tem por objetivo declarar de utilidade pública a **Associação Luciane Mary Paris**.

O Lar Escola Luciane Mary Paris é um espaço de mais de 65 mil metros quadrados e 3 mil metros quadrados de área construída, que atende atualmente, de forma gratuita, 120 crianças da região. Foi em 2011 que o Lar abriu as portas, inicialmente para 56 crianças.

O objetivo principal do projeto "Lar Escola Luciane Mary Paris" é poder trabalhar com turmas de todas as séries do ensino fundamental, durante período integral, criando ano a ano uma nova turma. A cada ano os alunos são promovidos às séries seguintes e o Lar recebe novas crianças para formarem a turma inicial.

Desta forma, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de Lei.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 92/13**

**Projeto de Lei nº. 92/13**  
**Autor: Deputado Douglas Fabrício**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a **Associação Luciane Mary Paris**, com sede e foro no Município de Colombo.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA**  
**– LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS**  
**PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Douglas Fabrício, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Associação Luciane Mary Paris**, com sede e foro no Município Colombo, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis,  
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

**Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:**

**I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também se encontram devidamente reguladas pelo presente estatuto.

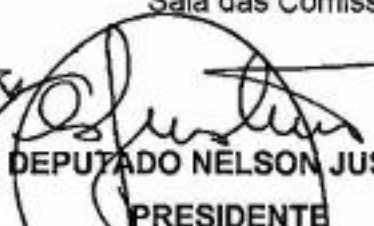
Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.


**CONCLUSÃO**


Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 26 de março de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
**APROVADO**

*26.03.13*